



A POLÍTICA EUROPÉIA DA MEMÓRIA

Uma Avaliação Paraconsistente

por Antonio García Gutiérrez¹

(Universidade de Sevilha - algarcia@us.es)

Tradução: Fabiana Grieco Cabral de Mello

Resumo:

O artigo se refere a uma análise crítica da política científica europeia patrocinada pela Comissão Europeia a partir dos seus programas marcos (framework-programs) na questão da cultura e memória coletiva dentro da área de “tecnologias da sociedade da informação”. Abordam-se os indicadores a partir dos quais se instruem aos avaliadores com o objetivo de analisar e qualificar os projetos apresentados às convocatórias do programa europeu e assim obter os respectivos auxílios econômicos. Ainda que o processo se execute com todas as garantias de transparência, os indicadores dirigidos não são neutros, mas ao contrário, são estabelecidos a partir dos princípios extremamente neo-liberais. Competitividade, rentabilidade, exploração ou inovação são, entre outros, conceitos que refletem o desvio de uma política europeia com uma memória mais voltada para o setor industrial competitivo e o lucro para um programa que propicie a preservação, a autogestão e autonarração das culturas e memórias por parte da cidadania em um contexto emancipável e de abertura ao outro. Realizar a avaliação para o autor do texto, somente foi possível situando-se nos parâmetros da lógica paraconsistente, aquela que opera nos territórios do paradoxo, como única saída possível para manter a lealdade para com o processo de avaliação, relacionados aos princípios éticos e sociopolíticos que devem reger as políticas públicas da recordação e do esquecimento.

Palavras-chave: Cultura; Política da Memória; Memória Digital; União Europeia; Sociedade da Informação.

¹ Antonio García Gutiérrez, AGG (1955), profesor titular de la Universidad Complutense de Madrid hasta 1993 y desde 1994 Catedrático de la Universidad de Sevilla. Ha sido director del Departamento de Comunicación audiovisual y Publicidad, Literatura y Estética y en la actualidad lo es del Departamento de Periodismo I de la Universidad de Sevilla. Tiene varios libros sobre organización del conocimiento y políticas de la memoria dentro del área, ya consolidada en el programa de investigación del Departamento, denominada "estudios de exomemoria" los más recientes: "La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital", publicado por la Universidad de Granada en 2002 y "Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial" publicado por La Crujía en Buenos Aires en 2004. Ha sido durante varios años consultor de organismos internacionales como OMT/WTO y Unesco.





Resumen:

Análisis crítico de la política científica europea, auspiciada por la Comisión Europea a partir de sus programas-marco (framework-programs), en materia de cultura y memoria colectiva dentro del área de "tecnologías de la sociedad de la información". Se abordan los indicadores a partir de los cuales se dan instrucciones a los evaluadores con el fin de valorar y calificar los proyectos presentados a las convocatorias del programa europeo y así obtener las ayudas económicas. Aunque el proceso se ejecuta con todas las garantías de transparencia, los indicadores manejados no son neutrales sino, por el contrario, establecidos a partir de principios profundamente neoliberales. Competitividad, rentabilidad, explotación o innovación son, entre otros, conceptos que reflejan el sesgo de una política europea de la memoria más volcada hacia el sector industrial competitivo y las ganancias que hacia un programa que propicie la salvaguarda, la autogestión y la autonarración de las culturas y memorias por parte de la ciudadanía en un contexto emancipatorio y de apertura al otro. Realizar la evaluación para el autor del texto sólo fue posible situándose en los parámetros de la lógica paraconsistente, aquella que opera en los territorios de la paradoja, como única salida posible para mantener la lealtad hacia el proceso de evaluación a la vez que respecto a los principios éticos y sociopolíticos que deben regir las políticas públicas del recuerdo y del olvido.

Palabras claves: Cultura; Política de la Memoria; Memoria Digital; Unión Europea; Sociedad de la Información.

I. Uma memória européia?

Dizia John Donne, o grande poeta do paradoxo, que não é possível conjugar o verbo amar em tempo passado²; a tal ponto são sensíveis e instáveis os processos de construção da identidade com respeito às artes do encantamento. O mesmo princípio poderia operar nos territórios esfumados do onírico ou hierarquizados pelo imaginário coletivo. E não tenho outro remédio que recorrer à matéria prima de seu trabalho, a contradição e os afetos, ao pensar numa memória européia se esta, por uma vez ou através de algum meio desconhecido, tivesse conseguido se encarnar em comunidade de sentido, como projeto imanente de existência.

² Escreve Donne: "I cannot say I loved, for who can say He was killed yesterday? (Não posso dizer que amei, visto que, quem pode dizer que ele foi morto ontem?) Sobre tal incongruência pragmática e a presença da contradição na racionalidade, vide Elster, 1989: 263 e ss. e Granger (2002).





Mas pensar, imaginar, memorizar ou crer em uma Europa como comunidade total é e será, durante muitas gerações, uma exaustiva profissão de fé, pois o real significado do comunitário³ não é improvisável. Os apegos nunca foram assunto de laboratório. E, de momento, só poderíamos falar com propriedade de uma memória europeia se nos referimos estritamente aos arquivos e registros de uma implacável burocracia que surgiu a meio século da matriz hermafrodita do Tratado de Roma. No entanto, provavelmente essa memória oficial nunca alcançará a força erotizante da mais desafetada criatura mitológica para se tatuar nas subjetividades.

Em relação a outro tipo de configurações de lembranças e esquecimentos comuns, mais próximo ao que entendemos por memória coletiva, teríamos que nos ater a mera justaposição, exercício aplicável sobre qualquer punhado de países ou comunidades com os quais se queira estabelecer alianças do passado compartilhado: Flandres, América do Sul, Filipinas, o Rif, inclusive, uma memória hispano-norte-americana que se refere a quando a Flórida, Baixa Califórnia ou Cuba foram colônias espanholas.

Mas em seu empenho para se criar uma memória genuína e comum, a burocracia europeia buscou reflexo no *speculum* norte-americano, adotando um modelo excessivamente inóspito para sua diversidade ancestral e provocando a transformação de seu relevo cultural em uma grande planície ao serviço da “farwesternización”. A atração massiva do sonho ocidental, no século da revolução industrial, acabou com a última possibilidade de expansão espontânea de uma multiplicidade de comunidades europeias, como vinha acontecendo em solos continentais, desde o Neolítico, marcadas por um *tempo* propriamente europeu de residências e trânsitos. Ou, talvez, a semente da memória filogenicamente europeia se transferisse e brotasse na América do Norte, incubada pela confraternização migratória, para ficar e evoluir definitivamente ali⁴.

Séculos de catástrofes e excessos de toda índole deram lugar, apesar da disposição das racionalidades imperiais a castigar qualquer aglomeração livre de memória suspeita de traição, a uma das mais complexas paisagens culturais do planeta cujos planos de conservação podem significar seu mais radical extermínio.

³ Sobre o sentido que aplico ao vínculo comunitário vide o conceito de antropologia em Sodré (2002).

⁴ Diz-se que a mais tradicional massa italiana da atualidade é a preparada no bairro do Bixiga de São Paulo, pelos netos da grande emigração.





Portanto, nunca fomos europeus no sentido contemporâneo – pois as frágeis memórias comunitárias aludidas foram excomungadas pelo Iluminismo – ou a Europa não é mais que um terreno a ser alugado e, sua memória comum atual, a própria de administradores imobiliários. Nesse espaço devo honradamente marcar todo juízo afetivo que emita sobre o europeu, incluindo as considerações técnicas que tive de realizar ao participar como avaliador nos projetos apresentados de acordo com as prioridades estabelecidas pela política científica europeia da memória⁵.

As diretorias europeias sobre patrimônio cultural – enquadradas no projeto culturizada IST, Information Society Technologies – se empenham em salvaguardar o patrimônio histórico e os recursos à memória mediante subrogações digitais atribuídas radicalmente ao paradigma tecnicista e a seus tópicos associados e desarraigadas de uma inteligência emocional necessária para que a força da gravidade, a erótica da terra em suma, nunca deixe de influir no peso e na carne da memória.

No entanto, o atrator ocidental não só se instalou na Comissão Europeia gerando, por exemplo, a alergia africana para o continente irmão ao sul, milenarmente responsável por grande parte de nossas riquezas patrimoniais agora em franca deriva como cultura – nenúfar para um noroeste incerto, mas que também inoculou as políticas tecnocientíficas da memória em governos estatais, regionais, municipais cujas prioridades em matéria de investigação e desenvolvimento costumam se subordinar às diretrizes de Bruxelas.

Neste texto, relatarei minha passagem por alguns mecanismos da nova vigilância cultural europeia, isto é, ali onde se analisa, discute e decide que setores culturais e com que subvenções públicas se arejarão os projetos apresentados à Comissão europeia com o objetivo de fazer rentáveis os “produtos da memória” imaginados pelos mais ousados consórcios neoliberais. E, com essa finalidade, partirei da manifesta problemática que subjaz na expressão “memória europeia”. Se não existe, como é possível planejá-la?

⁵ Com efeito, prestei meus serviços como avaliador ante a União europeia na ação chave “Sociedade da Informação”, área de Patrimônio cultural e coleções digitais em convocações do V Programa Marco (1999-2002). A crítica construtiva introduzida no presente texto se refere, portanto, a situações e diretorias habilitadas em tal período, se bem que as mudanças ocorridas no V Programa, vigente em 2003, são irrelevantes em relação aos elementos de fundo questionados. O leitor saberá desculpar a ausência de nomes de projetos, pessoas e instituições concretas em virtude da confidencialidade à que se compromete todo avaliador durante e depois do processo de avaliação.





II. O avaliador paraconsistente

Uma vez elevada, com esforço, a idéia imaginária de memória, cultura ou patrimônio histórico europeus à categoria de “observável” o construto parametrizável e descritível, não de se superar, com a suprema vontade do *cogito* cartesiano, algumas limitações do sujeito empírico em favor da irreal pureza ontológica e epistêmica. Com efeito, avaliar projetos particulares que solicitam milionárias somas dos cofres públicos da União européia para poder comercializá-los entre o mesmo auditório que o subvenciona com seus impostos não deixa de ser uma insensatez. E, no entanto, o marketing político-científico europeu o enche de sentido. Assim, projetos elaborados a partir do paradoxo e para a contradição (nos auto vender os próprios saberes e lembranças em coleções subrogadas digitalmente) por equipes multidisciplinares, multiinstitucionais e multinacionais, que não de dispor de suficiente resolução como para responder à metade da quantidade solicitada⁶, são financiados pela Comissão européia gerando numerosas situações de contradição e risco. Neste texto não se questiona o asseio e transparência dos procedimentos avaliadores senão a lógica de fundo da política tecnocientífica concretamente no setor do patrimônio cultural e da memória coletiva tal como vem sendo aplicada nos Programas Marco.

Conviver com a contradição é algo desprezado pelo mais trivial sistema lógico, desde que a Europa optou por uma interpretação dos fragmentos de Parmênides, fundamentalmente a platônica. E no entanto, desde Heráclito ou Hegel a Lars Von Trier, surgiram avalanches de ocasiões, *momentum* desaproveitado, nos quais a dialética soube entender o irracional humano e a contradição conseqüente em seus atos. Desejo crer que isto explica não somente minha presença em tal despropósito, mas também cada uma de minhas atuações específicas e leais em relação ao paradigma tecnopositivista ao que me prestei provisoriamente sem soltar os ancoramentos da complexidade. Porém devo reconhecer, também, algum pernicioso esforço por dar satisfação e, talvez resposta, a algumas presunções econômico-políticas que havia conjeturado sobre o planejamento europeu da memória.

⁶ E essas quantidades podem somar 2, 3 ou 4 milhões de euros o que evidência a patente de resolução exigida solicitada aos consórcios acadêmicos, a quem não somente os recomenda se aliar a empresas privadas como demonstração de estar no mundo real, mas também que, como se vê, os obriga a buscar alianças com as empresas mais poderosas para fazer frente a esse cinquenta por cento de responsabilidade. Isto sucede a partir do V Programa Marco, pois em palavras de um coordenador de projetos em um *briefing* de boas vindas aos avaliadores, foi um erro dos quatro programas anteriores outorgar maiores subvenções aos consórcios e “praticar o *babysitting*” em investigações e desenvolvimento.





Este não é o lugar apropriado para aprofundar nas estruturas do paradoxo, mas o leitor saberá compreender o sentido da dedicação de umas linhas necessárias para limpar o problema nuclear de todo avaliador reflexivo: estabelecer mecanismos de auto inspeção que revelem, sem negá-las, suas posições discriminatórias. E abordar um processo de qualificação de projetos gerados na incongruência, cuja resolução pode decidir a entrada de somas astronômicas, não é tarefa simples para a complexidade moral.

Falar de sistemas paradoxais já é problemático, pois como algo pode sobreviver sobre a negação? E, no entanto, sabemos que até nos ambientes biológicos e mentais mais hostis para a vida e o juízo, a positividade abre caminho. É mais, em alguns ambientes a positividade não é possível sem o *humus* inicial de diálogo da negação, sem os nutrientes do paradoxo. A estas configurações, tão caprichosas como abundantes, poderíamos considerá-las sistemas contraditórios. E embora habitualmente tal juízo é poucas vezes assumido pelas entidades com capacidade para fazê-lo, numerosos sistemas se organizam contraditoriamente e com suma facilidade no espaço noológico que nos incumbe.

O raciocínio não só compartilha senão que enterra suas raízes na constituição primigenia de uns cérebros paleocefálicos de cuja herança não podemos nos livrar. A evolução da irracionalidade tornou possível a existência de uma razão parricida. É assim como a contradição passou a fazer parte do mundo através de nosso modo de vê-lo e elaborá-lo⁷.

Apesar de tudo devemos submeter todo juízo a suspeita de aparência e a certeza de precariedade, tanto no que afeta à racionalidade mais firme como à contradição reconhecida. Sobre racionalidade aparente, me pouparei citar algumas múltiplas e recentes tragédias “racionalmente” urdidadas⁸ e conhecidas de sobra. E, no que compete à contradição, muitos paradoxos célebres, desde tempos pré socráticos, admitem explicação e, portanto, se dissolvem. Assim, “desejar terminar a torta de chocolate e não querer que se acabe” pode existir como enunciado contraditório até que encontremos uma explicação lógica⁹. Diríamos que os paradoxos em forma espiral não são aceitáveis, pois contém uma abertura ou saída. Só o cacho, o círculo fechado contém a contradição

⁷ A irracionalidade, não obstante, ocupa um universo muito mais amplo que o mero estudo que abraça a contradição, associada na teoria da racionalidade imperfeita de Elster (1989) ao comportamento irracional. Nesse sentido realizamos também a subordinação neste texto.

⁸ E que, aliás, demonstram a fragmentação real constitutiva da Europa – até na inquebrantável superfície – frente ao projeto imaginário de uma Europa negativa construída “contra” seu entorno.

⁹ Elster (1989), por exemplo, examina diversas formas de contradição como “não querer lembrar”.





autêntica. Ainda assim, devemos reconhecer *graus*, *tempo* e tempo nas contradições. Mas o enigma sobre sua natureza seguirá persistindo. Nesse sentido, a contradição “nos auto vender a memória” no sistema paralógico “memória européia” alcança certo grau de pureza paradoxal. Somente mediante um dispositivo epistemológico não convencional se pode abordar a questão.

O tão excepcional como desconhecido, na teoria da comunicação e da cultura européias, lógico brasileiro Newton da Costa proporciona um novo esquema, digamos, de inspiração heraclitiana, que permite a coexistência de enunciados, de tão alto grau de contradição como o apontado, em sua denominada Lógica Paraconsistente. Entre outros argumentos, da Costa afirma que seu sistema pretende “colaborar na apreciação correta de negação e contradição, não só para desmistificar esta última, mas também para acalmar aqueles que a temem¹⁰”. Segundo reconhece modestamente o próprio da Costa, o objetivo da paraconsistência não é substituir à lógica clássica naquelas aplicações que consegue resolver de sobra senão, melhor, “reconhecer as estruturas parciais nas quais se efetuam os raciocínios clássicos (...) e sistematizar as situações que comportam crenças contraditórias” (Granger, 2002, 174-179).

O território da memória, viva ou inscrita, esteve submetido historicamente às cartografias irracionais procedentes da mitologia e das crenças, campo semeado de contradições que parece ser privilegiado pelos enunciados paraconsistentes. Portanto, o sistema tão habilmente tramado por da Costa me facilitou não somente atuar como o mais fiel dos avaliadores tecnicistas, mas também me permitiu ser simultaneamente fiel a outra causa: buscar respostas de ordem paraconsistente ou caológica num terreno no qual necessariamente se usa material difuso. E, caso não exista tais indícios de saída complexa nos projetos apresentados, os qualificam por baixo em consequência sem quebrar as regras.

Talvez por causa da dispersão de interesse e desconfianças elaboradas historicamente, a União européia aparece com a esmagadora imagem de neutralidade de uma agência que emite especificações meramente técnicas, benfeitoras e, em certo modo por isso, inquestionáveis. Nada mais distante da realidade. Cada um de seus programas e ações

¹⁰ A denominação de paraconsistência se deve, ao que parece, ao lógico peruano F. Miro Quesada segundo assegura Granger (2002: 146, 148). Também o lógico australiano Graham Priest aborda estas questões na chamada *dialethic logics*. Uma análise das estruturas sintático-semânticas da paraconsistência em Granger (2002).





responde a uma lógica política consistente, pactuada, premeditada e decididamente neoliberal.

Desse modo, foi encontrada uma passarela para transpor a incomensurabilidade entre questionários obrigatórios positivistas e repletos de categorias mercantilistas fechadas que representavam as diretrizes e interesses da Comissão européia¹¹, e seu representante provisório na terra dos projetos, o avaliador de pouco acordo com uma superestrutura que repartiria prebendas para favorecer o “tráfego” da cultura.

III. Qualidade, Inovação, Competitividade: perfurar categorias

A presença de categorias fechadas nos formulários de análises de projetos determina drasticamente a iniciativa do avaliador. Isto coloca um lado positivo, pois torna possível confrontar as qualificações atribuídas a um mesmo projeto com a finalidade de chegar a um consenso¹² mas, por outro lado, sacrifica a liberdade de opinião ou ação fora do estabelecido.

O modo mais simples e eficaz que encontrei para poder abordar cada categoria complexamente, quer dizer, aceitá-la em toda sua contradição – como *compositum oponendi* – ou sabendo que nossa atitude contraditória, consistiu em instalar um contracritério como hipótese no mesmo coração da categoria aproveitando lacunas definitórias ou a ausência clara de chaves que a mesma lógica oficial provoca para se evitar os erros da exaustividade ou a maior probabilidade de contradições em repertórios amplos. Assim, foi aquela uma estratégia dialética de indício que aproveitou os resquícios interproposicionais das ordens.

Como regra geral, adotei a fórmula de abandonar a superfície e o núcleo duro da categoria, lá onde melhor se expressam, gravitam e coabitam, sem sabê-lo, os objetivos urgentes da racionalidade instrumental com seus ressentimentos irracionais unidos, e me centrar com mais atenção nas habitualmente abandonadas camadas intermediárias. Logo depois só tive de injetar duas palavras chaves primárias, transversais e suficientes, naquele tecido epicategorial: participação e estesia. Vejamos, logo depois, o

¹¹ Como possível brecha que indique espiral, e não círculo, apontarei que sobre o compromisso contratual com o governo europeu prevalecerá o compromisso próprio com um ideal civilizatório transcultural.

¹² Habitualmente se atribui a vários avaliadores uma mesma proposta para, uma vez qualificadas em complexos formulários, passar a um “*consensus meeting*” no qual se tenta chegar a uma nota média e raciocinada sobre cada projeto.





comportamento de algumas categorias gerais e as derivações obtidas a partir da hibridação paraconsistente, perfeitamente compatível com as exigências imediatas da avaliação e do avaliador.

A estimação da qualidade de um projeto preside a decisão de uma avaliação europeia no terreno que nos ocupa. Não haveria muito que objetar a tal categoria exceto que não é um indicador absoluto, mas sempre firmado por uns objetivos. Portanto, se deve entender a qualidade em relação à filosofia do programa. Desqualificar uma política específica de corte neoliberal implica o desmembramento interno deste indicador, apesar de se manter a etiqueta.

Competitividade é um conceito que desfruta da imunidade total; a competência é positiva para toda entidade. Criticá-la implica descrédito porque se articula oportunamente com competência e opõe habilmente a endogamia. Limitarei-me, pois, a afirmar duas coisas: 1) todo ser vivo vem dotado de competência e 2) competitividade é um conceito derivado da obsoleta teoria darwinista da seleção natural que a teoria econômica capitalista não teve escrúpulo em adaptar. Mas qualquer teoria da evolução preferirá falar de harmonização estrutural ou cooperação antes que de competitividade.

Nos programas europeus da memória, a primeira vista o oponente é japonês ou norte-americano embora sua matriz inspiradora instala um algoritmo que regerá todos os âmbitos. As estratégias se centrariam, então, em como satisfazer plenamente o mercado eletrônico com abjetos culturais cujo interesse para o leigo residiria nas novas formas de apresentação digital – e, portanto, subrogada – mais que no próprio¹³ objeto. Assim se produz a contradição latente de querer levar a cultura e o patrimônio histórico aos lares a partir de um pseudo-altruismo europeísta que pensa na concorrência, tanto interior como exterior¹⁴, de empresas europeias de compilação e distribuição de memória.

Obviamente, os novos canais de distribuição e a *e-culture* fazem necessária a mudança de mentalidades nos lares quanto ao equipamento receptor, inclusive se estabelecendo um regime de subvenções para a aquisição familiar de terminais, barateando os custos de

¹³ Este é o pano de fundo do assunto que trato amplamente em “A memória subrogada” (2002) e pulsa detrás da proposta de uma epistemografia interativa.

¹⁴ Inclusive deu-se o caso de detectar a presença de grandes multinacionais norte-americanas, europeizadas por meio de filiais que serviam ao mesmo promotor em consórcios que solicitavam a ajuda pública para, supostamente, fazer concorrência a suas casas matrizes.





engate à rede digital e favorecendo a presença de *friendliness* naqueles projetos que tratem melhor ao “usuário-cliente” final, em seu menor esforço para se fazer com a lógica dos eletrodomésticos varejistas e a organização de expositores de produtos culturais. Um neo-iluminismo despótico e isento do atenuante de ser o primeiro.

A aposta pela subrogação digital, seguindo o ditado do *e-commerce*, destrói os canais tradicionais da cultura e suas formas de cola e descola. Daí que a expressão “sociedade da informação” não signifique para a gente mais que uma infraestrutura digital na qual o conceito de sociedade só produz estranhamento quando se lança contra a lógica do vínculo comunitário do cotidiano, do próximo e imanente.

Inovação seria, em conseqüência, o grau de reconhecimento que o mercado – ou seus demiurgos – compreende exclusivamente ao meio e, em menor medida e não decisiva, os aspectos sociais. E isto se funda em três evidências nefastas que pulsam detrás da normativa com que se instrui aos avaliadores: por uma parte se solicita valorizar muito positivamente toda inovação tecnológica sem se exigir sua adequação “estésica” aos modos e conteúdos, o que revela uma brutal neoderiva cartesiana da regulação que termina produzindo o efeito desejado de versatilidade digital quando, na realidade, se pratica uma tosca redução. Aprofunda-se na brecha crescente entre conteúdos e recipientes e ignoram-se, em um assunto como a cultura, as relações complexas das comunidades com suas tradições e as redes evolutivas de sentido que as atualizam. Alguma leve alusão à necessidade de analisar o impacto da subrogação em relação à produzida por seu objeto físico matriz, resolve a questão em um documento de trabalho que mostra a preocupação pelos “aspectos sócio-econômicos do patrimônio cultural” (Christensen et al., 2000).

O padrão seguido como fio condutor é um velho conhecido: a mais tosca extrapolação de tecnologias e dogmas que o funcionalismo das ciências sociais tomou emprestado das disciplinas naturais, para sua consolidação inicial, veio para ficar na era digital. As conseqüências são evidentes: os parâmetros lógicos e organizativos usados nas tecnologias bromatológicas pastarão à vontade na construção de redes tecnoculturais.

Por outro lado, se trata, com efeito, de conservar sem obstáculos o patrimônio. Portanto, qualquer engenho que pudesse ferir uma correta interpretação da “memória comum”, seus marcos históricos e prioritário monumentalismo, tal e como a tradição oficial o promulga, seria relegado. Trata-se, assim, de servir à sociedade produtos que se ajustam ao conhecido (textos, fotos, objetos museológicos) mediante itinerários provavelmente domesticados que não questionem a “ordem tradicional” e demonstrem sua resolução com nova tecnologia. Isto é inovar?





O assunto merece uma breve atenção: a conduta contraditória, tão inconsciente e descontrolada como usual nos humanos, é pejorativamente julgada como irracional. Mas tal conduta aparece em qualquer nível de inteligência e de erudição, o que evidencia não somente uma compatibilidade pouco assumida, mas também a existência de um referente para avaliar o irracional. Até que a mente não “adquire” um conhecimento que “julga” certo, a escala de incertezas que dirige o impõe um alto grau de precaução irracional: diante do desconhecido e imprevisto sempre se produz uma debandada transitória da razão (radiação, doenças, desemprego, cultura e ritos alheios). A conquista ou re-estabelecimento da racionalidade passa, em conseqüência, por uma volta ao domínio imediatamente anterior e à gradual expansão e controle da incerteza, nunca total. Por isso, mais conhecimento é a chave, mas em quantidade, modalidades e dispositivos da cognição que incluam ao corpo, à intuição ou à memória trabalhando combinados no “endo-teros” e abertos à interação com redes de inteligência cooperativa (exo-teros). A meu juízo, a categoria “inovação” deve reconhecer, privilegiar e potencializar radicalmente isto.

Finalmente, embora é verdade que não é negado em lugar algum, não se insiste do mesmo modo em uma inovação das estruturas e gramáticas da memória como nos veículos digitais de distribuição ou depósito. Esta questão, claramente mais imperceptível para o cidadão e, inclusive, para muitos avaliadores arraigados no paradigma tecno-mercantilista, é a mais delicada e prejudicial. Pois, de uma parte, ao não prestar muita atenção aos modos de organização aberta do cultural, se transmite a impressão – entre os próprios avaliadores – de que tal ordem é inócua, irrelevante e não existe. E, de outra, ao negar sua importância, o apoio público europeu está usurpando à dinâmica cultural a possibilidade de se renovar - inovar, se quiser, - já seja a partir das instâncias que se auto outorgam o privilégio de fazê-lo.

As realidades e itinerários que seguem as fibras configurantes da cultura e da memória nunca responderão aos imperativos oficiais, isso é verdade, mas também o é que a circulação é menor ou nula, onde termina por não haver autopistas ou asfalto. Condenada a caminhos rurais intransitáveis, e codificada por macroestruturas ditadas desde elites tecnocientíficas, apoiadas por instituições européias com os olhos postos em interesses extraeuropeus, a memória real “eurótica” do velho continente se vê reduzida à renovação necessária que geram entidades unicelulares, desconexas e muito dispersas, ou a aceitar





os traçados e as indumentárias multitudinárias e impessoais que impõem os representantes dos cidadãos em sua peculiar economia da cultura¹⁵.

IV. O modelo holandês

A presença de usuários nos processos de projeto de protótipos tecnoculturais é o que se conhece como “modelo holandês”. Tal reconhecimento do cliente, e a transferência de seu comportamento e gosto sempre, a critério final do projetista, é o mais próximo que a tecnociência pública europeia esteve da cidadania, a partir do V-PM¹⁶, lançado em 1999. No entanto, a conversão de tal reconhecimento em pontos decisivos para apadrinhar com dinheiro europeu a um ou outro projeto não se pôde fazer realidade, toda vez que nas propostas de projetos não existia uma lógica concordante com um modelo participativo ou auto administrativo da memória (García Gutiérrez, 2003) a julgar pelos requerimentos que tive de avaliar e dos, finalmente, agraciados.

A raiz do problema se encontrava muito antes, na própria concepção de usuário e uso da informação. A rede era convertida, por definição ou omissão, em um “serviço à sociedade” no qual propriedade, geração, desfrute e participação na cultura se chama “acesso”, “exploração” e “produto” e no qual existe uma identidade total e errônea, como diz Elster, entre o acessível e o importante (Elster, 1989: 249). Por seu interesse central para esta exposição, resgato integralmente um comentário, relegado a pé de página em outro texto, que recolhe o “espírito e a letra” da senda eleita pela política europeia da memória. Trata-se de um fragmento em inglês, com meus comentários em espanhol, extraído de um documento realizado por consultores da UE e entregue aos avaliadores como pauta:

“Este decisivo relatório, solicitado a um grupo intercomunitário de especialistas pela própria UE e entregue como guia de recomendações e princípios aos avaliadores do V Programa Marco(cf Christensen et al., 2000), em matéria de sociedade da informação, reconhecia a necessidade de que os projetos que solicitavam subsídios milionários (em euros) públicos à UE para construir protótipos e entradas deviam incluir a dimensão SE

¹⁵ Pois “existem cada vez menos argumentos técnicos para perpetuar o despotismo fragmentado que constitui a delegação” afirma Pierre Lévy (2000: 76) em uma referência à representação democrática cem por cem válida no âmbito da memória delegada ou cedida.

¹⁶ Isto é, uma memória cheia de vitalidade já seja na construção biológica (biomemória) como física (exomemória) de lembranças, pois em ambas dimensões complementares, inseparáveis, se produzem processos resemantizadores e de atualização. Não há memória senão em curso.





(socioeconômica) em suas definições de inovação e de usuário “still operated with a primarily technical definition of innovation rather than one that encompasses both socio-economic and technical innovation (...) and the need to understand ‘user-led innovation’(...) approach where users and designers co-develop products from their inception”. No entanto, sobre este indiscutível objetivo democratizador se deixa ver, também de maneira nítida, o mercantilismo instalado nas *res pública* europeia: termos como “customisation”, “customers”, “demands”, “access”, “consortia”, “success”, demonstram isso, inclusive mais abertamente: “market competition”, “exploitation” y “business plan” como conceitos exigidos nos projetos que os omitem. Destaca a crítica supostamente popular do relatório para alguns projetos recusados, nos quais “cultural heritage was often more academically defined than strongly geared towards a wide customers base”. E termino com outra abominável recomendação do relatório e do espírito da avaliação: “public sector needs to consider their users as consumers of cultural heritage who are not passive recipients of information but active creators of heritage markets”. Uma antologia do disparate europeu, presente neste relatório de encargo que instrui aos avaliadores independentes convocados pela UE, e que se atreve a contrapor à alta cultura (cita-se a música clássica como exemplo desta “high culture”) à cultura popular sem nenhum complexo buscando vias paternalistas e “ilustradas” de inoculação dessa “alta cultura” entre os que, ao que parece, a necessitam, e propõe a avaliadores e solicitantes de subvenção que “aprendam a lição” do sucesso das “infotainment industries” (um híbrido de informação e entretenimento: “infonimento”). Naturalmente, os indicadores de qualidade, competência ou inovação não são neutros: neste caso respondem a uma inspiração neoliberal da política científica comunitária que não compartilho. Estas questões foram decisivas em minha atitude crítica sobre o espírito de uma avaliação tecnologista e mercantilista e a base de minha retirada, como avaliador, dos Programas Marco da UE enquanto se mantenham tais critérios” (García Gutiérrez, 2003). A reflexão foi escrita no fim do ano dois mil. O que deixa de manifesto é que não seria suficiente modificar a linguagem ou as categorias senão substituir radicalmente os interesses que inspiravam, e o continuam fazendo, nossa política da memória.

Com efeito, o modelo de tecnologias construtivas parece privilegiar a um usuário imprescindível para a sobrevivência da memória como empresa mercantil. Insiste, como quase cada enunciado derivado do uso oficial do europeu, em um neocolonial e corporativista “nós” (os engenheiros, os técnicos, os especialistas, os nacionais, a classe média, o próprio) e um “eles” (forasteiros e outsiders, leigos e usuários) que contradiz a essência plural do europeu. Tão generosa tecnologia do marketing da memória, sendo vanguardista em si mesma a respeito dos critérios neoconservadores generalizados em sua economia política, devesse ser desbancada por uma engenharia do laço social que





faça evoluir o molar do território hierarquista em espaços transversais de comunicação e saber que acabem com esse destrutivo binarismo do nós e eles, possibilitando outros tipos de subjetividade pois, devemos nos perguntar com Pierre Lévy, “Em que condições se pode justificadamente dizer (ou significar) “nós” e o que pode esse “nós” enunciar legitimamente como coletivo, sem usurpação ou redução da variedade?, O que se perde ao dizer “nós?” (Lévy, 2000: 137, 66).

Entre as aspirações de princípios e diretorias européias, cada vez mais distantes da necessidade da “memória real”¹⁷ e as propostas e promessas de investigação *de facto* que a rede tecno-científico-empresarial europeu submete à Comissão, existe uma ponte de passagem sobre uma tão ingovernável como escassamente observada corrente habitada pelos fluxos e precipitações das memórias e culturas vivas. São estas, precisamente, o suposto objetivo de umas políticas e projetos que, incompreensivelmente, as vadeiam. Tal desconexão com a realidade e com o cotidiano, sem dúvida, não é exclusiva da Europa nem da política memográfica. Responde a uma velha tradição que baseia, na unilateralidade e no dogmatismo, toda percepção do entorno, de “eles”.

Quando se trata do território da memória, o “eles” adquire uma visão paradoxal adicional. Pois são “eles” nossos antecessores ignorados exceto como tópicos, cujos legados pretende se conservar, fechando os olhos ante o inexorável processo de tradução contemporanista, uma substituição e prelação sem contemplações da organização do passado, ao mesmo tempo, que os priva de voz própria ao tê-los impedido do escasso “desenvolvimento” tecnológico de épocas anteriores¹⁸ a possibilidade de auto organizar suas vivências. Assim, a “diferença” se espalha tanto entre territórios como em temporalidades baixo a *shoah* digital.

A política conservadora da conversação não repara no feito de que conservador não é quem não muda senão quem manifesta, inutilmente um desejo de imobilidade. E baixo essa ilusão daninha se proporcionam uns esquemas de ordenação esclerotizados,

¹⁷ De idêntico modo que a atual e desenvolvida “tecno-lógica” nos nega exatamente, e com premeditação, a mesma possibilidade. Repare, também, no relativismo do conceito de desenvolvimento.

¹⁸ E nunca um lar esgotou as possibilidades de seu computador pessoal antes de adquirir o seguinte: é a própria indústria informática a que estabelece os calendários de extenuação de processadores e ram com a finalidade de colocar novas remessas. Mas isto não ocorre por desgaste dos materiais, mas por causa de uma estratégia gigantista aplicada ao software que condena em pouco tempo Liliput ao mais soberbo computador. Com outra política de sistemas operativos, aplicações e uma “cultura do arame” (Ford, 1994: 81) para os pc, o célebre XT tivesse durado mais tempo nos lares que a velha geladeira.





insuficientes, involucionistas tolerados – ao não ser proclamado o contrário ou sancionada a falta de inovação no terreno organizativo – e até propiciado pelo recusável sonho europeu de uma memória imortal, superior, poderosa, sentida, compartilhada, auto reguladora, homeostática.

O discurso tecnicista, que representa ao mais rançoso neoconservadorismo científico-social derivado da política neoliberal européia, passou de patrocinar a recreação social nas virtudes de heróis, glórias, ancestrais mediante a convocação a comemorações e rituais, a nos obcecar na imaginação de um sucessor que será mais feliz exclusivamente graças a uma política tecnológica do passado, desenhada agora, e que ignora tanto as vozes daqueles antecessores como pretende amordaçar as de quem nos relevem.

A instauração de uma assepsia na construção da tecnomemória mediante a ausência de critérios e qualificações específicas em mãos dos avaliadores dirigidos a premiar as inovações em matéria de organização de coleções e fundos é tão prejudicial como implantar um modelo único organizativo das memórias nos países membros. De uma parte, mediante o silenciamento dessa faceta vital da memória, seus modos e lógicas indomáveis de agrupamento e interação – a exomemorização, em suma – se potencializa a sensação de que estamos ante um espaço de escasso interesse estratégico para o poder europeu, mas trata-se de tudo ao contrário.

De outra, se consolidam os velhos esquemas positivistas de organização do conhecimento, *thesauri*, classificações enciclopédicas ou especializadas com espírito enciclopédico ou, o que é mais perigoso, se dá via livre e subsídios a rastreadores, buscadores e megaíndices – os novos encarregados da memória digital – como legítimos restauradores da ordem na rede, como tecno-inovadores natos desvinculados do verdadeiro *humus* comunitarista, garantindo a liberdade de memória mediante a escassa regulação da simples disposição alfabética dos operadores “apolíticos” transferidos para a busca de informação desde a álgebra de Boole. Desse modo, e dando cumprimento ao objetivo livre cambista, que é a sólida adesão de cidadãos consumidores convencidos e disseminadores de tal convicção, o projeto estratégico da tecnologia européia da memória e a obsessão da maioria dos governos estatais e regionais cai na trivial contradição de aparecer mais como reforço identitário de uma determinada classe social dominante, derivado da posse compulsiva de equipamento digital familiar, antes que satisfazer umas necessidades de consumo em matéria de memória.

Outro “dano colateral” provocado pela deliberada neurose tecnológica é, evidentemente, a ovacionada superação das “velhas práticas” orais, manuais, comunitárias, presenciais ou a ausência de estudos sobre o “impacto ecológico”, e não só econômico, da subrogação





das mesmas. Assim, a memória se objetualiza definitivamente porque a memorização, como processo ou como caminhos vivos, é desdenhada pela investigação oficial, afastando-a das prioridades programadas, ao não reconhecer o valor essencial do pretérito numa sociedade da informação lançada ao futuro.

Por isso, é necessário superar as insuficiências do modelo holandês com aplicações e modelos que aceitem uma erótica e uma prática das necessidades cotidianas, solares, moleculares em matéria de memória e cultura, isto é, mediante o apoio institucional a projetos que executem programas de instrução social tendentes à capacitação do cidadão na autogestão pessoal (antiindividualista) e comunitária (anticorporativista), numa *techné* orientada a auto animação e participação da cidadania nos assuntos da exomemória pessoal e coletiva. Para este objetivo, a nova tecnologia de dez anos atrás, ou talvez mais, foi tão capaz como desaproveitada.

A escassa imaginação dirigida para a inovação em organização, talvez por causa de um temor justificado aos efeitos de uma conscientização insurgente e indisciplinável, do medo a um questionamento externo que não quer a Academia nem a Política, se viu soterrado pelo estrondo entusiástico de uma transbordada produção de aparelhos digitais, elaborados inmisericordiosamente com premeditada obsolescência, ditada desde as arbitrarias expectativas da Bolsa. Tal atmosfera orgiástica e efêmera subjaz no planejamento de umas políticas científicas da memória social que devesse fundar os alicerces em suas antípodas. E, no entanto, desde os princípios inspiradores até a terminologia das recomendações se espraiam no território do mercado passageiro. Um mundo incomensurável a respeito da cultura e da memória.

V. Recuperação complexa da memória

Diz-se que sem memória européia, a Europa não pode ter identidade. Mas o problema reside na memória não aceitar gentilícios e vale mais construir outras alianças e desenvolver a razão sensível que forçar e aplicar o protecionismo mercantil a instâncias ingovernáveis e expressões vivas. E sem dúvida, é tão absurdo se opor aos encaixes inter- e transcomunitários de qualquer nível e escala como se obcecar na exclusividade e abertura para uns ao mesmo tempo que a intransigência e negação de outros. De fato, as memórias e culturas interacionam desordenadamente, e se modificam, à vista da vigilância pró-diretora de seus desenhistas. Uma configuração dada de memórias hierárquicas e transversais, transcendentais e imanentes, paradigmáticas e sintagmáticas, oficiais e cotidianas, burocráticas e eróticas, poderia se denominar memória européia,





mas tal ordem deveria defender a bandeira, como propriedade básica, a abertura permanente a novas reconfigurações complexas abertas numericamente.

Em tal caso, a tecnologia europeia da memória deve se desenhar para derrubar fronteiras, as terrestres e comunitárias incluídas, exteriores e interiores, de classe e trabalhistas, de jovens e velhos, para recuperar um espaço europeu que se constituiu e o segue fazendo, apesar das barreiras, porém com mais sofrimento, de instalação e deslocamento, de assentimentos e fugas sempre necessários, nunca insensatos, para a sobrevivência da cultura e da memória.

Essa tecnologia urdida na competitividade, mas a partir de uma incompetência míope a respeito de seu próprio futuro, pela indústria mercantil, deve reorientar sua estratégia para outros horizontes nos quais a abrupta segurança conceitual da Europa se dilua no reconhecimento da própria ignorância ou, inclusive, na própria aniquilação de tal conceito discriminador. Pois como diz Lévy, “ninguém é ignorante já que toda vida implica e constrói necessariamente o conhecimento de um mundo. O juízo de ignorância provém do fato de definir o conhecimento de maneira transcendente. O saber proviria de Deus, da Revelação, da Igreja, do Município, da Seita, da Universidade, da Escola, da Ciência, do Método, dos Especialistas, dos Antigos, do Chefe, das Escrituras, da TV, de qualquer instância ou procedimento infalível. O conhecimento existiria como algo em si, como fato autônomo e não como criação permanente, processo de exploração, devir coletivo, idéias de milhões de corpos vivos, expressão da diversidade da vida e dos mundos. Toda definição transcendente do saber inclui forçadamente aos que não se submetem, ou cujas formas de inteligência não o correspondem. Pelo contrário, uma abordagem imanente do saber, um saber reconhecido, presente em todo lugar onde cresce a vida humana, não exclui a ninguém” (Lévy, 2000: 91). Ao catálogo das autoridades que expõe Lévy haveria de acrescentar a Sociedade da Informação, outra entidade transcendente e totêmica supostamente depositária da *sapientia* e sem cuja existência parece ser que não é possível outra idéia e outra memória da Europa.

Gosto de refletir afetuosamente sobre a imagem utópica da Europa, mas, sem dúvida, não é esta a imagem que corresponderia com a real política de sua memória. Recuso a idéia de uma Europa construída contra todo exterior agressor inventado e sobre a base de crenças em tecnologias que apóiam, inclusive, a discriminação e a exclusão intramuros. O fechamento de fronteiras é uma falácia e Schengen foi compensado com o reforço de alambrados antiafricanos. A mesma lógica da compensação funciona em todas as ações que propulsa um neoliberalismo sempre resistente, inclusive aquele que dança com sedutora máscara ante uma memória que quer possuir e envasar. Por isso, não haverá mais remédio que subverter as tendências dominantes com ou sem subsídios





institucionais, com ou sem apoio oficial. E a ocasião já existe: a investigação alternativa deve se aplicar a construir e divulgar ferramentas críticas que contribuam para devolver diversidade ocupando as tecnologias unificantes.

Impõe-se recuperar o sossego e, como afirma Maffesoli, precisamente nestes tempos de urgência devemos elaborar estratégias de lentidão. Apresentar e já não representar, mostrar antes que demonstrar. Pois embora, apesar do que se diga, a história nunca põe a maioria das coisas em seu lugar, Nietzsche costumava se consolar dizendo que as verdadeiras revoluções sempre caminham a passo de pomba...

Referências Bibliográficas

- Christensen, P. H.; Le Guyader, H.; Tariffi, F.; Webster, A. (April 2000): *Evaluation of Socioeconomic Aspects of Projects in the Area of Cultural Heritage Applications*. – Report of an Evaluation Panel, commissioned by DG INFSO D2. European Union.
- Clifford, James (1999): *Itinerarios transculturales. El viaje y la traducción a fines del siglo XX*. – Barcelona: Gedisa
- Elster, Jon (1989): *Ulises y las sirenas. Estudios de racionalidad e irracionalidad*. – (3ª reimp., 2000). --México: Fondo de Cultura Económica.
- Ford, Aníbal (1994): *Navegaciones. Comunicación, cultura y crisis*. – Buenos Aires: Amorrortu
- García Gutiérrez, Antonio (2000): *Itinerarios de representación del conocimiento en la sociedad de la información: bases para la construcción epistemográfica del patrimonio histórico andaluz*. – En: Boletín del Instituto andaluz del Patrimonio histórico, junio 2000, p.96-105
- García Gutiérrez, Antonio (2002): *La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital*. – Granada: Editorial de la Universidad de Granada.
- García Gutiérrez, Antonio (2002a): *Knowledge Organization from a "Culture of the Border": Towards a Transcultural Ethics of Mediation*. – In: Proceedings of the Seventh International Isko Conference. Advances in Knowledge Organization v. 8. Würzburg (Germany): Ergon Verlag. -- p. 516-522





- García Gutiérrez, Antonio (2003): *Otra memoria es posible. Estrategias descolonizadoras del archivo mundial.* – (en prensa)
- Granger, Gilles Gaston (2002): *O Irracional.* – São Paulo: Editora Unesp,
- Jameson, Fredric; Zizek, Slavoj (1998): *Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo.* – Buenos Aires: Paidós.
- Kuhn, Thomas S. (2000): *La estructura de las revoluciones científicas.* – 19ª reimp. México DF: Fondo de Cultura económica.
- Lévy, Pierre (2000): *A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço.* – 3ª ed. São Paulo: Loyola
- Maffesoli, Michel (1997): *Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo.* – Barcelona: Paidós
- Morin, Edgar (1996): *Introducción al pensamiento complejo.* – Barcelona: Gedisa.
- Negri, Toni y Guattari, Felix (1996): *Las verdades nómadas. Por nuevos espacios de libertad.* – San Sebastián: Garoa.
- Priest, Graham (1987): *In contradiction.* – Dordrecht: Kluwer
- Nietzsche, Friedrich (1997): *La genealogía de la moral.* – Madrid: Alianza Editorial.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000): *Pela Mão de Alice: o social e o político na posmodernidade.* – 7ª ed. – São Paulo: Cortez.
- Sodr , Muniz (2002): *Antropológica do espelho. Uma teoria da comunica o linear e em rede.* – Petrópolis (RJ): Vozes.

